

Pelo Brasil, nós vamos aonde for preciso.
Até mesmo a 7.000 metros
de profundidade.



A Sete Brasil surgiu para ajudar na viabilização da construção das primeiras sondas de perfuração em território brasileiro.

Uma empresa com foco no Pré-Sal, segmento que movimentará R\$ 3,7 trilhões nos próximos 30 anos, colocando o Brasil entre os maiores produtores do mundo.

2.000m

100% brasileira, foi criada para gerar conteúdo local e assegurar que as riquezas do Pré-Sal rendam frutos para o país.

3.000m

Pela primeira vez estes equipamentos de última geração tecnológica estão sendo construídos no país, empregando mais de 180 mil trabalhadores e retendo tecnologia no Brasil.

5.000m

Nossas 29 sondas em construção nos tornam a maior empresa de *offshore drilling* do mundo.

7.000m

Este é só o começo. Pelo Brasil, ainda vamos muito mais longe.



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO EXERCÍCIO SOCIAL DE 2013

Em cumprimento às disposições da legislação societária e normas pertinentes, submetemos à apreciação dos senhores acionistas o Relatório da Administração, referente às atividades desenvolvidas pela SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. ("SETE BRASIL" OU "COMPANHIA") no exercício social de 2013. **1 – MENSAGEM DO DIRETOR PRESIDENTE** Criada em dezembro de 2010, a Sete Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado especializada em gestão de portfólio de ativos com investimentos voltados para o setor de petróleo e gás na área *offshore* no Brasil, especialmente aqueles relacionados ao Pré-Sal brasileiro. A atual carteira de negócios da Sete Brasil contempla o projeto de construção de 29 sondas de última geração tecnológica, que estão sendo construídas em cinco diferentes estaleiros no país, com um conteúdo local médio de 62%. A primeira sonda está prevista para entrar em operação em 2015, enquanto que a última em 2020. Cada um dos estaleiros possui um plano de construção das sondas de forma a atender aos requisitos de preço, prazo, qualidade e conteúdo local requeridos. O modelo de negócios adotado está sempre associado a parcerias estratégicas com empresas especializadas e experientes na operação de ativos, cuja propriedade é compartilhada entre a Sete Brasil e cada um de seus parceiros. Ou seja, promovendo de um lado o alinhamento de interesses e riscos entre os parceiros e, de outro lado, alocando a cada empresa as atividades que cada uma delas melhor pode desempenhar. A atual base acionária da Sete Brasil é formada por reconhecidos investidores institucionais, bancos e fundos de investimento. O Fundo de Investimento em Participações – FIP Sondas, administrado pela Caixa Econômica Federal, é detentor de 95% do capital acionário da Companhia, e possui os seguintes cotistas: Banco BTG Pactual S.A., Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil – PREVI, EIG Sete Holdings SaRL, Fundação dos Economistas Federais – FUNCEF, Fundação Petrobras de Seguridade Social – PETROS, Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social – VALIA, Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FI-FGTS, Lakeshore Financial Partners Participações Ltda., Lucre Venture Capital – Drilling Series, Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobras, Santander Participações S.A. e Strong Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado (gerenciado pelo Banco BRADESCO BBI). Já a Petrobras possui os 5% restantes do capital da Companhia. Encerrando seu terceiro ano de funcionamento, a Sete Brasil contabilizava, em 31 de dezembro de 2013, aproximadamente R\$2,5 bilhões de capital subscrito e integralizado para o desenvolvimento do seu

plano de investimentos. **2 – DESTAQUES DE 2013** O ano de 2013 foi um importante período para a Companhia, marcado pelo avanço no desenvolvimento e construção de seus ativos, bem como pela evolução na captação de investimentos para a construção das sondas. Em 2013, a Sete Brasil: • Em fevereiro contratou linha de financiamento no montante de R\$1,85 bilhão através da emissão de debêntures simples integralmente subscritas pelo FI-FGTS. Além da emissão de debêntures simples subscritas, o FI-FGTS também se tornou cotista do FIP Sondas mediante a subscrição de cotas do fundo. • Em junho foi aprovada em diretoria na BNDESPAR a subscrição de debêntures conversíveis em ações (DCA) ainda a serem emitidas pela Sete Brasil, no montante de R\$1,2 bilhão. • Em agosto a Sete Brasil obteve priorização junto ao Fundo de Marinha Mercante - FMM no volume de R\$10,3 bilhões, para financiar a construção de oito Navios-Sonda. • Em dezembro a Diretoria do BNDES aprovou a concessão de financiamento às Sociedades de Propósito Específico ("SPE") Arpoador Drilling B.V., Copacabana Drilling B.V.; Grumari Drilling B.V.; Urca Drilling B.V.; Frade Drilling B.V.; Ondina Drilling B.V.; Guarapari Drilling B.V.; Camburi Drilling B.V.; e Cassino Drilling B.V., perfazendo o valor total de até US\$3,7 bilhões, aproximadamente, devendo para tanto que, no prazo de até 12 meses daquela data, sejam cumpridas as Condições Prévias fixadas para a operação e assinado o respectivo Contrato de Financiamento. • Em linha com a estratégia de obter recursos de curto prazo enquanto as linhas definitivas de longo prazo são estruturadas e concluídas, a Companhia contratou em 2013 o seu 3º Bridge Loan, no valor de US\$1,25 bilhão, junto aos bancos Sumitomo, ScotiaBank, Standard Chartered, Bradesco e Citibank. • Importante ressaltar que em novembro a Standard & Poor's (S&P) publicou relatório reafirmando o nível de risco (rating) da Sete Brasil de BB+, em escala global, e brAA+ na Escala Nacional Brasil. • No que se refere à evolução da construção de suas sondas, as datas de entrega previstas para todo o portfólio da Sete Brasil encontram-se em média plenamente aderentes às datas de início dos seus respectivos contratos de afretamento, apresentando, ao final de dezembro, um avanço físico realizado consolidado para as 29 sondas de 13,14%, contra um avanço físico planejado consolidado de 12,91%. • O Estaleiro Atlântico Sul, responsável pela construção de 7 sondas do portfólio da empresa, concluiu em 2013 o processo de entrada do parceiro tecnológico IHI (Japão) na sociedade, com participação de 25% e aprovou, junto à Petrobras e à Sete Brasil, novo GEP – Global Execution Plan, que visa à aceleração do progresso do projeto de

engenharia, e que tem por objetivo melhorar os índices de avanço físico de sua construção. • Em janeiro/14, transportado de Cingapura para o Brasil, o *Lower Hull* integrado (pontos + colunas inferiores e superiores) da sonda semi-submersível Urca chegou no Estaleiro BrasFels, em Angra dos Reis, dentro da data original prevista, e se integrará às demais seções em construção no Brasil para conclusão da montagem da sonda Urca. • A Sete Brasil encerrou o ano de 2013 contando com 85 colaboradores, representando um crescimento aproximado de 67% em seu quadro de pessoal, ao longo desse ano. **3 – CONSIDERAÇÕES FINAIS** Em linha com o Plano de Negócios da Companhia, para atender aos compromissos financeiros assumidos relativos à implementação da construção das suas sondas, os acionistas aprovaram em 2013 o aumento do capital social autorizado para R\$9.115.784.188,42 (nove bilhões, cento e quinze milhões, setecentos e oitenta e quatro mil, cento e oitenta e oito reais e quarenta e dois centavos). Este volume, acrescido do Plano de Financiamento de Longo Prazo da Companhia, que considera recursos advindos do FI-FGTS, do BNDES e do Fundo de Marinha Mercante – FMM (todos estes já contratados ou enquadrados junto a estas instituições), além de linhas de crédito internacionais providas pelas agências de crédito à exportação (ECA) de países onde se encontram os grandes fornecedores de bens e serviços das sondas em construção, e de linhas de crédito junto a bancos comerciais locais e internacionais, garantem atendimento ao objetivo de *funding* da Companhia para todo o seu projeto de investimentos até a fase operacional das SPEs, coligadas da Sete Brasil e proprietárias diretas das sondas. Considerando as perspectivas de crescimento dos seus negócios e buscando adequar-se a requisitos exigidos por alguns agentes de financiamento, a Companhia pretende tornar-se uma empresa aberta ao longo de 2014, através do registro de companhia aberta "categoria B" junto à Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Neste sentido, estão sendo adotadas práticas de desempenho e gestão relacionadas a processos internos, controles e ritos de Governança Corporativa, a fim de garantir que a Companhia esteja absolutamente alinhada às melhores práticas de mercado, atendendo aos requisitos essenciais exigidos pela CVM para empresas abertas e em conformidade com o mercado de capitais.

Rio de Janeiro, 27 de março de 2014
João Carlos de Medeiros Ferraz - Diretor Presidente

SETE BRASIL PARTICIPAÇÕES S.A. | BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO - Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	6	197.548	87.951	1.002.476	566.910
Fundos restritos	7	476.004		476.004	296.091
Tributos a recuperar		8.790	1.743	8.865	1.908
Adiantamentos diversos		572	802	572	802
		<u>682.914</u>	<u>90.496</u>	<u>1.487.917</u>	<u>865.711</u>
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Despesas antecipadas	8	15.268	23.278	215.225	91.938
Partes relacionadas	21(d)	1.446.624		4.874	25.343
Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN	9			41.384	4.549
		<u>1.461.892</u>	<u>23.278</u>	<u>261.483</u>	<u>121.830</u>
Investimentos	10	2.665.037	1.785.015		
Imobilizado	12	7.888	5.808	13.952.276	6.073.893
Intangíveis	11	4.897	4.982	4.897	4.982
		<u>4.139.714</u>	<u>1.819.083</u>	<u>14.218.656</u>	<u>6.200.705</u>
Total do ativo		<u>4.822.628</u>	<u>1.909.579</u>	<u>15.706.573</u>	<u>7.066.416</u>

Passivo e patrimônio líquido	Nota	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
Circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	13	7.376	7.935	1.516.756	2.191.712
Emprestimos e financiamentos	16			8.478.432	2.543.554
Obrigações sociais e trabalhistas	14	19.002	10.291	19.002	10.291
Obrigações fiscais	15	420	511	420	13.385
		<u>26.798</u>	<u>18.737</u>	<u>10.014.610</u>	<u>4.758.942</u>
Não circulante					
Fornecedores e outras contas a pagar	13			381.443	
Emprestimos e financiamentos	16			295.221	254.480
Debêntures	16	2.050.519	2.050.519		
		<u>2.050.519</u>	<u>2.050.519</u>	<u>2.727.183</u>	<u>254.480</u>
Total do Passivo		<u>2.077.317</u>	<u>18.737</u>	<u>12.741.793</u>	<u>5.013.422</u>
Patrimônio líquido					
Atribuído aos acionistas					
controladores	17(a)	2.529.500	2.021.000	2.529.500	2.021.000
Capital social	17(a)	(50.766)	(41.105)	(50.766)	(41.105)
Gastos com emissão de ações	17(b,e)	194.225	194.225	194.225	194.225
Reserva de lucros	17(b,e)	(84.684)	(84.684)	(84.684)	(84.684)
Prejuízos acumulados	17(c)	156.835	(4.369)	156.835	(4.369)
Ajuste de avaliação patrimonial					
dos acionistas controladores		2.745.311	1.890.842	2.745.311	1.890.842
Participação dos acionistas não controladores				219.469	162.152
Total do patrimônio líquido		<u>2.745.311</u>	<u>1.890.842</u>	<u>2.964.780</u>	<u>2.052.994</u>
Total do passivo e patrimônio líquido		<u>4.822.628</u>	<u>1.909.579</u>	<u>15.706.573</u>	<u>7.066.416</u>

Lucro líquido (prejuízo) do exercício	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
194.425	(65.023)	158.952	(73.196)	
Outros componentes do resultado abrangente				
Itens a serem posteriormente reclassificados para o resultado				
Variação cambial de investidas localizadas no exterior	151.550	21.143	182.020	24.562
Perda em ativos disponíveis para venda	(7.259)		(8.607)	
Ajustes de avaliação patrimonial	18.154	(11.747)		
Total do resultado abrangente do exercício	<u>356.870</u>	<u>(55.627)</u>	<u>332.365</u>	<u>(48.634)</u>
Atribuível a				
Acionistas da Companhia			356.870	(55.627)
Participação dos não controladores			(24.505)	6.993
			<u>332.365</u>	<u>(48.634)</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Fluxos de caixa das atividades operacionais	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Lucro (prejuízo) do exercício	194.425	(65.023)	158.952	(73.196)
Ajustes de				
Depreciação e amortização (Nota 12)	2.996	2.267	2.996	2.267
Resultado de controladas reconhecido por equivalência (Nota 10)	(191.408)	(1.062)		
Juros de empréstimos (Nota 20)	(59.124)			
Variação cambial e monetária (Nota 20)			(262.676)	(21.994)
	<u>(63.111)</u>	<u>(63.818)</u>	<u>(100.728)</u>	<u>(92.923)</u>
Variações nos ativos e passivos:				
Aumento em tributos a recuperar	(7.048)	(1.143)	(6.957)	(1.308)
Redução (aumento) em adiantamentos diversos	216	(507)	216	(507)
Redução (aumento) em despesas antecipadas	(1.651)	10.183	(132.948)	(58.477)
Aumento (redução) em fornecedores e outras contas a pagar	(558)	6.492	53.772	9.075
Aumento (redução) em obrigações fiscais	(91)	117	(12.965)	12.991
Aumento em obrigações trabalhistas e sociais	8.711	7.688	8.711	7.688
Aumento (redução) em outros passivos	(1)	(85)	(1)	(85)
Caixa aplicado nas operações	<u>(63.533)</u>	<u>(41.073)</u>	<u>(190.900)</u>	<u>(123.546)</u>
Juros de empréstimos pagos			(175.676)	
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	<u>(63.533)</u>	<u>(41.073)</u>	<u>(366.576)</u>	<u>(123.546)</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos				
Aquisição de ativo imobilizado (Nota 12)	(3.423)	(4.228)	(6.546.400)	(3.672.935)
Aquisição de ativo intangível (Nota 11)	(1.554)	(1.893)	(1.554)	(1.893)
Fundos restritos (Nota 7)	(433.573)		(137.482)	(296.091)
Empréstimos concedidos a partes relacionadas (Nota 21 (d))	(1.387.500)			(25.343)
Empréstimos recebidos de partes relacionadas			20.469	
Compras de ativos financeiros disponíveis para venda - FGCN (Nota 9)			(45.442)	(4.549)
Aporte de capital em controladas (Nota 10)	(353.263)	(1.664.889)		
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(2.179.313)</u>	<u>(1.671.010)</u>	<u>(6.710.409)</u>	<u>(4.000.811)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos				
Captação de empréstimos	1.833.943		7.249.919	2.851.661
Pagamentos de empréstimos			(394.943)	(127.895)
Aumento de capital - acionistas controladores	508.500	1.751.000	508.500	1.751.000
Aumento de capital - acionistas não controladores			80.583	140.177
Custo para emissão de capital controladores		(33.069)		(33.069)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento	<u>2.342.443</u>	<u>1.717.931</u>	<u>7.444.059</u>	<u>4.581.874</u>
Aumento de caixa e equivalentes de caixa	<u>109.597</u>	<u>5.848</u>	<u>367.074</u>	<u>457.517</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 6)	<u>87.951</u>	<u>82.103</u>	<u>566.910</u>	<u>89.954</u>
Ganhos cambiais sobre caixa e equivalentes de caixa			68.492	19.439
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 6)	<u>197.548</u>	<u>87.951</u>	<u>1.002.476</u>	<u>566.910</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Insunhos Adquiridos de terceiros	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(29.453)	(32.042)	(42.051)	(58.786)
Perda/recuperação de valores ativos	(38)	(2)	(38)	(2)
Outras despesas	(2.580)	(1.785)	(6.651)	(1.784)
	<u>(32.071)</u>	<u>(33.829)</u>	<u>(48.740)</u>	<u>(60.572)</u>
Valor adicionado bruto	<u>(32.071)</u>	<u>(33.829)</u>	<u>(48.740)</u>	<u>(60.572)</u>
Depreciação e amortização	(2.996)	(2.267)	(2.996)	(2.267)
Valor adicionado líquido produzido pela entidade	<u>(35.067)</u>	<u>(36.096)</u>	<u>(51.736)</u>	<u>(62.839)</u>
Valor adicionado recebido em transferência				
Receita financeira	93.183	7.844	39.677	8.778
Participação nos resultados das controladas	191.408	1.062		
Valor adicionado total a distribuir	<u>249.524</u>	<u>(27.190)</u>	<u>(12.059)</u>	<u>(54.061)</u>
Distribuição do valor adicionado				
Salários e encargos	(31.491)	(16.952)	(31.491)	(16.952)
Honorários de diretoria	(10.639)	(7.159)	(10.639)	(7.159)
Impostos, taxas e contribuições				
Federais	(6.024)	(3.713)	(6.024)	(3.713)
Juros e variações cambiais	(2.686)	(7.152)	223.425	11.546
Aluguéis	(4.259)	(2.857)	(4.259)	(2.857)
Prejuízo (lucros retidos) do exercício	(194.425)	65.023	(158.952)	73.196
Valor adicionado distribuído	<u>(249.524)</u>	<u>27.190</u>	<u>(12.059)</u>	<u>54.061</u>

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Negócios da Companhia, as obrigações de curto prazo existentes em 31 de dezembro de 2013, relacionadas às dívidas com os estaleiros e os financiamentos de curto prazo, serão liquidadas através da captação de recursos de curto e longo prazo ora em negociação com diversas instituições financeiras, entre elas bancos comerciais, Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), BNDES Participações S.A. (BNDESPAR) e Fundo da Marinha Mercante (FMM), com as quais as discussões encontram-se em avançado estágio de negociação, conforme demonstrado abaixo: • Em junho de 2013 foi aprovada em diretoria na BNDESPAR a subscrição de debêntures conversíveis em ações (DCA) ainda a serem emitidas pela Sete Brasil, no montante de R\$ 1,2 bilhão. A assinatura do contrato de subscrição depende do cumprimento de determinadas condições que estão sendo providenciadas pela Companhia; • A Companhia, em agosto de 2013, obteve priorização junto ao Fundo de Marinha Mercante - FMM para captação de financiamento de longo prazo de até R\$ 10,3 bilhões. Até agosto de 2014, devem ser atendidas condições prévias para assinatura do contrato e desembolso dos recursos; • Em dezembro de 2013 a Diretoria do BNDES aprovou a concessão de financiamento às controladas: Arpoador Drilling B.V., Copacabana Drilling B.V.; Grumari Drilling B.V.; Urca Drilling B.V.; Frade Drilling B.V.; Ondina Drilling B.V.; Guarapari Drilling B.V.; Camburi Drilling B.V.; e Cassino Drilling B.V., perfazendo o valor total de até US\$ 3,7 bilhões, aproximadamente, devendo para tanto que, até dezembro de 2014, sejam cumpridas as condições prévias fixadas para a operação e assinatura do respectivo Contrato de Financiamento. A Companhia também está avaliando oportunidades de captação de recursos nos mercados de capitais, nacional e internacional, como alternativa para o refinanciamento e alongamento do endividamento de curto prazo. Além disso, a Companhia dispõe de um volume de capital comprometido por seus acionistas correspondente à cerca de R\$ 5,7 bilhões. A emissão dessas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo foi autorizada pela Administração em 27 de março de 2014. **2 RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS** As principais políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados. **2.1 Base de preparação** As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ativos financeiros disponíveis para venda e determinados ativos mensurados ao valor justo. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis do Grupo. Aquelas áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

INFORMAÇÕES GERAIS A Sete Brasil Participações S.A. ("Companhia" ou "Sete Brasil") é uma sociedade anônima de capital fechado constituída em 22 de dezembro de 2010 com sede na cidade do Rio de Janeiro. A Companhia e suas controladas (conjuntamente "o Grupo") foram criadas com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. O Pré-Sal se tornou um importante componente da indústria petrolífera mundial, com a exploração de petróleo em águas ultra profundas e a extração de óleo em regiões recém descobertas. O objetivo da Companhia é o de gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. O modelo de negócio da Companhia está baseado em parcerias com empresas especializadas e experientes na operação de ativos em cada setor de atuação. Os acionistas da Companhia são: a Petróleo Brasileiro S.A. - Petrobras, que detém 5% de participação, e o Fundo de Investimento em Participações Sondas - FIP Sondas, que detém 95% de participação. O FIP Sondas possui como quotistas os fundos de pensão Petros - Fundação Petrobras de Seguridade Social, Previ - Caixa de Previdência dos Funcionários do Banco do Brasil, Funcef - Fundação dos Economistas Federais e Valia - Fundação Vale do Rio Doce de Seguridade Social, os bancos BTG Pactual S.A. e Santander - Banco Santander S.A., Strong Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Multimercado, representado por meio de seu gestor o Banco Bradesco BBI S.A., o fundo de equity privado americano EIG e a empresa de investimentos brasileira Lucre Venture Capital, além da própria Petrobras. Em 7 de fevereiro de 2013 o FI-FGTS - Fundo de Investimento do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço firmou o compromisso de aporte no FIP Sondas no montante de R\$ 650 milhões. Em 31 de dezembro de 2013 a Companhia apresentou excesso de passivos sobre ativos circulantes no montante de R\$ 8.526 milhões. De acordo com o Plano de



estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3. (a) Demonstrações financeiras consolidadas As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas e estão sendo apresentadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e conforme as normas internacionais de relatório financeiro *Internacional Financial Reporting Standards* (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado (DVA), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a companhias abertas. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração. Como consequência, pelas IFRS, essa demonstração está apresentada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto das demonstrações contábeis. Em função do objetivo da Companhia de obtenção do registro na Comissão de Valores Mobiliários (CVM), a Companhia está apresentando a Demonstração do Valor Adicionado. (b) Demonstrações financeiras individuais As demonstrações financeiras individuais da controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs) e são divulgadas em conjunto com as demonstrações financeiras consolidadas. Nas demonstrações financeiras individuais as controladas são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial ajustada na proporção detida nos direitos e nas obrigações contratuais do Grupo. Os mesmos ajustes são feitos tanto nas demonstrações financeiras individuais quanto nas demonstrações financeiras consolidadas para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora. Os encargos financeiros incorridos sobre as debêntures, cujos recursos foram captados pela controladora para financiamento do programa de investimentos da Companhia, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas, são capitalizados e apresentados nas demonstrações financeiras individuais na rubrica de investimentos para chegar ao mesmo resultado e patrimônio líquido atribuível aos acionistas da controladora que estão apresentados nas demonstrações financeiras consolidadas. Esse ajuste, correspondente aos encargos financeiros apropriados às unidades em fase de construção, está apresentado na rubrica de imobilizado nas demonstrações financeiras consolidadas. No caso da Sete Brasil Participações S.A., as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicadas nas demonstrações financeiras individuais diferem do IFRS aplicáveis às demonstrações financeiras separadas pela avaliação dos investimentos em controladas através do método de equivalência patrimonial, enquanto conforme IFRS seria custo ou valor justo. (c) Mudanças nas políticas contábeis de divulgações O seguinte pronunciamento foi adotado pela primeira vez para o exercício iniciado em 1º de janeiro de 2013 e teve impacto significativo para o Grupo: • CPC 26 (R1)/IAS 1 - "Apresentação das Demonstrações Contábeis". A principal mudança para 2013 é o agrupamento dos itens apresentados na "Demonstração do resultado abrangente" com base na possibilidade de serem ou não potencialmente reclassificáveis para o resultado em momento subsequente. **2.2 Consolidação** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas: (a) Controladas Controladas são todas as entidades (incluindo as entidades estruturadas) nas quais o Grupo detém o controle. O Grupo controla uma entidade quando está exposto ou tem direito a retorno variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As controladas são totalmente consolidadas a partir da data em que o controle é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o Grupo deixa de ter o controle. O Grupo usa o método de aquisição para contabilizar as combinações de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos incorridos e instrumentos patrimoniais emitidos pelo Grupo. A contraprestação transferida inclui o valor justo de algum ativo ou passivo resultante de um contrato de contraprestação contingente quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos e passivos contingentes assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição. O Grupo reconhece a participação não controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo como pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A mensuração da participação não controladora a ser reconhecida é determinada em cada aquisição realizada. O excesso: (i) de contraprestação transferida; (ii) do valor da participação de não controladores na, adquirida; e (iii) do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida, em relação ao valor justo da participação do Grupo nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*). Quando o total da contraprestação transferida, a participação dos não-controladores reconhecida e a mensuração da participação mantida anteriormente for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício. Transações, saldos e ganhos não realizados em transações entre empresas do Grupo são eliminados. Os prejuízos não realizados também são eliminados, a menos que a operação forneça evidências de uma perda (*impairment*) do ativo transferido. As políticas contábeis das controladas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adotadas pelo Grupo. (b) Transações com participações de não controladores O Grupo trata as transações com participações de não controladores como transações com proprietários de ativos do Grupo. Para as compras de participações de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". (c) Perda de controle em controladas. Quando o Grupo deixa de ter controle, qualquer participação retida na entidade é remensurada ao seu valor justo, sendo a mudança no valor contábil reconhecida no resultado. O valor justo é o valor contábil inicial para subsequente contabilização da participação retida em uma coligada, uma joint venture ou um ativo financeiro. Além disso, quaisquer valores previamente reconhecidos em outros resultados abrangentes relativos àquela entidade são contabilizados como se o Grupo tivesse alienado diretamente os ativos ou passivos relacionados. Isso pode significar que os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes são reclassificados para o resultado. **2.3 Apresentação de informações por segmentos** O tomador de decisões da Companhia é o Conselho de Administração, que analisa informações analíticas das sondas que estão sendo construídas pelo Grupo e delibera sobre a alocação de recursos. A gestão das atividades relativas ao planejamento estratégico e investimento de recursos é centralizada, não havendo uma segregação de gestão por sonda que pudesse caracterizar uma gestão por segmento, ou outros fatores que possam identificar um conjunto de componentes como segmentos operacionais da entidade, sendo as informações apresentadas ao Conselho de Administração de forma analítica por sonda e também consolidada como um único segmento operacional. Conforme descrito na Nota de informações Gerais (Nota 1), a Companhia possui como atividade preponderante a gestão de portfólio de ativos de exploração do setor de óleo e gás. **2.4 Conversão de moeda estrangeira** (a) Moeda funcional e moeda de apresentação Os itens incluídos nas demonstrações financeiras de cada uma das empresas do Grupo são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico, no qual a empresa atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras consolidadas estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a moeda de apresentação do Grupo. (b) Transações e saldos As transações com moedas estrangeiras são convertidas para a moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações ou da avaliação, nas quais os itens são remensurados. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio do final do exercício, referentes a ativos e passivos monetários em moedas estrangeiras, são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando diferidos no patrimônio. Os ganhos e as perdas cambiais relacionados com empréstimos e caixa e equivalentes de caixa são apresentados na demonstração do resultado como receita ou despesa financeira. Todos os outros ganhos e perdas cambiais são apresentados na demonstração do resultado como "Variações cambiais e monetárias, líquidas". (c) Empresas do Grupo com moeda funcional diferente Os resultados e a posição financeira de todas as entidades do Grupo (nenhuma das quais tem moeda de economia hiperinflacionária), cuja moeda funcional é diferente da moeda de apresentação, são convertidos na moeda de apresentação, como segue: (i) Os ativos e passivos de cada conta do balanço patrimonial apresentado são convertidos pela taxa de fechamento da data do balanço; (ii) As receitas e despesas de cada conta da demonstração do resultado são convertidas pelas taxas de câmbio médias (a menos que essa média não seja uma aproximação razoável do efeito cumulativo das taxas vigentes nas datas das operações; e, nesse caso, as receitas e despesas são convertidas pela taxa das datas das operações); (iii) O capital social é convertido pelas taxas de câmbio históricas; e (iv) Todas as diferenças de câmbio resultantes são reconhecidas como um componente separado no patrimônio líquido, na conta "Ajustes de avaliação patrimonial". Na consolidação, as diferenças de câmbio decorrentes da conversão do investimento líquido em operações no exterior são reconhecidas no patrimônio líquido. Quando uma operação no exterior é parcialmente alienada ou vendida, sem que haja a perda do controle, as diferenças de câmbio que foram registradas no patrimônio são reconhecidas na demonstração do resultado abrangente como parte do ganho ou perda líquido na venda. **2.5 Caixa e equivalentes de caixa** Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses, e com risco insignificante de mudança de valor. **2.6 Ativos financeiros** 2.6.1 Classificação O Grupo classifica seus ativos financeiros como: (a) mensurados ao valor justo através do resultado, (b) empréstimos e recebíveis e (c) disponíveis para venda. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. (a) Ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado Os ativos financeiros mensurados ao valor justo através do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se foi adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados como ativos circulantes. (b) Empréstimos e recebíveis São ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São incluídos como ativo circulante, exceto aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data de emissão do balanço (estes são classificados como ativos não circulantes). Os empréstimos e recebíveis do Grupo compreendem "Caixa e equivalentes de caixa" e "Contas a receber com partes relacionadas". (c) Ativos financeiros

disponíveis para venda Os ativos financeiros disponíveis para venda são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. Os ativos financeiros disponíveis para venda do Grupo compreendem os investimentos em cotas do Fundo Garantidor da Construção Naval - FGCN. 2.6.2 Reconhecimento e mensuração As compras e as vendas de ativos financeiros são normalmente reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado. Os ativos financeiros são baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; neste último caso, desde que o Grupo tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade. Os ativos financeiros disponíveis para venda e ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os empréstimos e recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são apresentados na demonstração do resultado em "Receitas / Despesas financeiras" no período em que ocorrem. As variações no valor justo de títulos monetários e não monetários, classificados como disponíveis para venda, são reconhecidas no patrimônio. As variações cambiais de títulos monetários são reconhecidas no resultado. As variações cambiais de títulos não monetários são reconhecidas no patrimônio. Quando os títulos classificados como disponíveis para venda são vendidos ou sofrem perda (*impairment*), os ajustes acumulados do valor justo, reconhecidos no patrimônio, são incluídos na demonstração do resultado como "Receitas e despesas financeiras". Os juros de títulos disponíveis para venda, calculados pelo método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas. Os dividendos de ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado e de instrumentos de patrimônio líquido disponíveis para venda, como exemplo as ações, são reconhecidos na demonstração do resultado como parte de outras receitas, quando é estabelecido o direito do Grupo de receber dividendos. Os valores justos dos investimentos com cotação pública são baseados nos preços atuais de compra. Se o mercado de um ativo financeiro (e de títulos não listados em Bolsa) não estiver ativo, o Grupo estabelece o valor justo através de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, análise de fluxos de caixa descontados e modelos de precificação de opções que fazem o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e contam o mínimo possível com informações geradas pela administração da própria entidade. 2.6.3 Compensação de instrumentos financeiros Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legal de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. 2.6.4 *Impairment* de ativos financeiros (a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros está deteriorado. Um ativo ou grupo de ativos financeiros está deteriorado e os prejuízos de *impairment* são incorridos somente se há evidência objetiva de *impairment* como resultado de um ou mais eventos ocorridos após o reconhecimento inicial dos ativos (um "evento de perda") e aquele evento (ou eventos) de perda tem um impacto nos fluxos de caixa futuros estimados do ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros que pode ser estimado de maneira confiável. Os critérios que o Grupo usa para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira relevante do emissor ou devedor; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou mora no pagamento dos juros ou principal; (iii) o Grupo, por razões econômicas ou jurídicas relativas à dificuldade financeira do tomador de empréstimo, garantir ao tomador uma concessão que o credor não consideraria; (iv) tornar-se provável que o tomador declare falência ou outra reorganização financeira; (v) o desaparecimento de um mercado ativo para aquele ativo financeiro devido às dificuldades financeiras; ou (vi) dados observáveis indicando que há uma redução mensurável nos futuros fluxos de caixa estimados a partir de uma carteira de ativos financeiros desde o reconhecimento inicial daqueles ativos, embora a diminuição não possa ainda ser identificada com os ativos financeiros individuais na carteira, incluindo: • mudanças adversas na situação do pagamento dos tomadores de empréstimo na carteira; • condições econômicas nacionais ou locais que se correlacionam com as inadimplências sobre os ativos na carteira. O montante da perda por *impairment* é mensurado como a diferença entre o valor contábil dos ativos e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados (excluindo os prejuízos de crédito futuro que não foram incorridos) descontados à taxa de juros em vigor original dos ativos financeiros. O valor contábil do ativo é reduzido e o valor do prejuízo é reconhecido na demonstração do resultado. Se, num período subsequente, o valor da perda por *impairment* diminuir e a diminuição puder ser relacionada objetivamente com um evento que ocorreu após o *impairment* ser reconhecido, a reversão dessa perda reconhecida anteriormente será reconhecida na demonstração do resultado. (b) Ativos classificados como disponíveis para venda O Grupo avalia na data de cada balanço se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Para os títulos de dívida, o Grupo usa os critérios mencionados em (a) anterior. No caso de investimentos em títulos patrimoniais classificados como disponíveis para venda, uma queda relevante ou prolongada no valor justo do título abaixo de seu custo também é uma evidência de que o ativo está deteriorado. Se qualquer evidência desse tipo existir para ativos financeiros disponíveis para venda, o prejuízo cumulativo - medido como a diferença entre o custo de aquisição e o valor justo atual, menos qualquer perda por *impairment* sobre o ativo financeiro reconhecido anteriormente no resultado - será retirado do patrimônio e reconhecido na demonstração do resultado. Perdas por *impairment* de instrumentos patrimoniais reconhecidas na demonstração do resultado não são revertidas por meio da demonstração do resultado. No caso de instrumentos de dívida, se, em um período subsequente, o valor justo desse instrumento classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após a perda por *impairment* ter sido reconhecido no resultado, a perda por *impairment* é revertida por meio de demonstração do resultado. **2.7 Ativos intangíveis** (a) Licenças de construção de sondas As licenças adquiridas são demonstradas, inicialmente, pelo custo de aquisição. Posteriormente, estas licenças são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear para alocar o custo das licenças durante sua vida útil estimada de 4 anos, a partir do início da construção das sondas. (b) *Softwares* As licenças de *software* adquiridas são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir os *softwares* e fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados. Esses custos são amortizados durante a vida útil estimada de cinco anos. Os custos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos. **2.8 Imobilizado** O imobilizado é mensurado pelo seu custo histórico, menos a depreciação acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis à aquisição dos itens. O custo histórico também inclui os custos de financiamento relacionados com a aquisição de ativos qualificados. Os custos subsequentes são incluídos no valor contábil do ativo ou reconhecidos como um ativo separado, conforme apropriado, somente quando for provável que fluam benefícios econômicos futuros associados ao item e que o custo do item possa ser mensurado com segurança. O valor contábil de itens ou peças substituídos é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são lançados em contrapartida ao resultado do exercício, quando incorridos. A amortização das benfeitorias em imóveis de terceiros é calculada com base no prazo contratual do aluguel dos imóveis a que se referem, a depreciação dos demais ativos é calculada usando o método linear para alocar seus custos aos seus valores residuais durante a vida útil estimada, como segue:

	ANOS
Móveis e utensílios	5
Máquinas e equipamentos	10
Equipamentos de informática	5
Benfeitorias em imóveis de terceiros (média)	5

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior do que seu valor recuperável estimado (Nota 2.9). Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e são reconhecidos em "Receitas / Despesas financeiras" na demonstração do resultado. **2.9 Impairment de ativos não financeiros** Os ativos que têm uma vida útil indefinida, não estão sujeitos à amortização e são testados anualmente para a verificação de *impairment*. Os ativos que estão sujeitos à amortização são revisados para a verificação de *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por *impairment* é reconhecida pelo valor ao qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do *impairment*, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa - UGC). **2.10 Contas a pagar aos fornecedores** As contas a pagar aos fornecedores são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Elas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa efetiva de juros. **2.11 Empréstimos e financiamentos** Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros. Os empréstimos e financiamentos são classificados como passivo circulante, a menos que o Grupo tenha um direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por, pelo menos, 12 meses após a data do balanço. Os custos de empréstimos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo

qualificável, que é um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que eles irão resultar em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. **2.12 Provisões** As provisões são reconhecidas apenas quando existe uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de evento passado. Para a solução dessa obrigação é necessário que seja provável uma saída de recursos e que o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são constituídas, revistas e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa nas datas das demonstrações. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos necessários para liquidar uma obrigação usando uma taxa de juros antes de impostos, a qual reflete as avaliações atuais de mercado do valor temporal do dinheiro e dos riscos específicos da obrigação. O aumento da obrigação em decorrência da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira. **2.13 Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido** As despesas de imposto de renda e contribuição social compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto para transações reconhecidas diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. O encargo de imposto de renda e a contribuição social corrente é diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades do Grupo atuam e geram lucro tributável. A administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pelo Grupo nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações; e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. O imposto de renda e a contribuição social corrente são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório. O reconhecimento do imposto diferido é efetuado usando-se o método do passivo, baseado nas diferenças temporárias entre o valor contábil e o valor para base fiscal dos ativos e passivos, nos prejuízos fiscais apurados e na base de cálculo negativa de contribuição social sobre o lucro, na medida em que foram consideradas prováveis suas realizações contra resultados tributáveis futuros. Os impostos de renda diferidos ativo e passivo são compensados quando existir um direito legalmente exequível de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e quando os impostos de renda diferidos ativos e passivos estiverem relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade fiscal, sobre a mesma entidade tributável. Dessa forma, impostos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em diferentes países, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Uma vez que a Companhia e suas controladas estão em fase pré-operacional, não foram reconhecidos imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízos fiscais ou diferenças temporárias. **2.14 Benefícios a empregados** O Grupo reconhece um passivo e uma despesa de bônus de performance com base em metodologia que leva em conta o atingimento das metas de acordo com as diretrizes dos acionistas da Companhia. O Grupo reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigado ou quando há uma prática passada que criou uma obrigação não formalizada (*constructive obligation*). **2.15 Capital social** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos incrementais diretamente atribuíveis à emissão de novas ações ou opções são demonstrados como dedução do patrimônio. Tais custos são apropriados no patrimônio líquido proporcionalmente ao volume aportado e enquanto não captado, são mantidos na rubrica de despesas antecipadas (Nota 17(a)). **2.16 Reconhecimento da receita** (a) Receita financeira A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a um recebível, o Grupo reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados ao recebível, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original do recebível. (b) Receita de equivalência patrimonial - Controladora A receita de equivalência patrimonial refere-se ao reconhecimento, no resultado da Companhia, da proporção correspondente à sua participação nos resultados da investida. **2.17 Arrendamentos** Como mencionado na Nota 1, o Grupo foi criado com o propósito de viabilizar a construção de ativos de exploração de petróleo e gás na camada do Pré-Sal. Estes ativos serão utilizados para prestação de serviços de perfuração em águas ultraprofundas com base em contratos de arrendamento de longo prazo com clientes do Grupo. Os arrendamentos nos quais o Grupo detém uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade são classificados como arrendamentos operacionais. Os recebimentos efetuados por conta de arrendamentos operacionais serão reconhecidos na demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento. **2.18 Distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio** A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio para os acionistas da Companhia é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras do Grupo ao final do exercício, com base no estatuto social da Companhia. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é provisionado na data em que são aprovados pelos acionistas, em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado. **2.19 Normas novas, alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor** A seguinte nova norma foi emitida pelo IASB mas não está em vigor para o exercício de 2013. A adoção antecipada dessas normas, embora encorajada pelo IASB, não foi permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). • IFRIC 21 - "Taxas". A interpretação esclareceu quando uma entidade deve reconhecer uma obrigação de pagar taxas de acordo com a legislação. A obrigação somente deve ser reconhecida quando o evento que gera a obrigação ocorre. Essa interpretação é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2014. • IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", aborda a classificação, a mensuração e o reconhecimento de ativos e passivos financeiros. O IFRS 9 foi emitido em novembro de 2009 e outubro de 2010 e substitui os trechos do IAS 39 relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros. O IFRS 9 requer a classificação dos ativos financeiros em duas categorias: mensurados ao valor justo e mensurados ao custo amortizado. A determinação é feita no reconhecimento inicial. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características contratuais do fluxo de caixa dos instrumentos financeiros. Com relação ao passivo financeiro, a norma mantém a maioria das exigências estabelecidas pelo IAS 39. A principal mudança é a de que nos casos em que a opção de valor justo é adotada para passivos financeiros, a porção de mudança no valor justo devido ao risco de crédito da própria entidade é registrada em outros resultados abrangentes e não na demonstração dos resultados, exceto quando resultar em descaçamento contábil. O Grupo está avaliando o impacto total do IFRS 9. A norma é aplicável a partir de 1º de janeiro de 2015. • IFRS 10 - "Demonstrações financeiras consolidadas", IFRS 11 - "Operações em conjunto" e IFRS 12 - "Divulgação de participações em outras entidades" preveem isenção de consolidação de investimentos em fundos ou entidades similares. Essas normas são aplicáveis a partir de 1º de janeiro de 2014 com sua aplicação antecipada permitida. Como não há fundos ou entidades similares consolidadas nas demonstrações financeiras da Sete Brasil, a administração entende que os pronunciamentos não tem impactos sobre as demonstrações financeiras do Grupo. Não há outras normas IFRS ou interpretações IFRIC que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre o Grupo. **3 ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS CRÍTICOS** As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, consideradas razoáveis para as circunstâncias. **3.1 Estimativas e premissas contábeis críticas** Com base em premissas, o Grupo faz estimativas com relação ao futuro. Por definição, as estimativas contábeis resultantes raramente serão iguais aos respectivos resultados reais. As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir. (a) **Imposto de renda, contribuição social e outros impostos** O Grupo está sujeito ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera. É necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para impostos sobre a renda nesses diversos países. Em muitas operações, a determinação final do imposto é incerta. O Grupo também reconhece provisões por conta de créditos de imposto de renda sobre prejuízos fiscais para os quais ainda não é possível determinar se existirão resultados tributáveis futuros em volume suficiente para compensar tais créditos. Em 31 de dezembro de 2013, estes créditos de imposto de renda provisionados montam a R\$ 306.698 (R\$ 84.803 em 31 de dezembro de 2012). No dia 11 de novembro de 2013 foi publicada a Medida Provisória nº 627 que revoga o Regime Tributário de Transição (RTT) e traz outras providências, dentre elas: (i) alterações no Decreto-Lei nº 1.598/77 que trata do imposto de renda das pessoas jurídicas, bem como altera a legislação pertinente à contribuição social sobre o lucro líquido; (ii) estabelece que a modificação ou a adoção de métodos e critérios contábeis, por meio de atos administrativos emitidos com base em competência atribuída em lei comercial, que sejam posteriores à publicação desta MP, não terá implicação na apuração dos tributos federais até que lei tributária regule a matéria; (iii) tratamento específico sobre potencial tributação de lucros ou dividendos; (iv) disposições sobre o cálculo de juros sobre capital próprio; e (v) considerações sobre investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial. As disposições previstas na MP têm vigência a partir de 2015. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos e juros sobre capital próprio, efetivamente pagos até a data de publicação desta MP, bem como resultados de equivalência patrimonial. Essa Medida Provisória está em processo de tramitação no Congresso Nacional, podendo sofrer modificações em seu texto quando de sua conversão em lei. Existe, ainda, a necessidade de regulamentação de diversos dispositivos pela Secretaria da Receita Federal do Brasil. A Administração da Companhia avaliou estas alterações e, com base no texto vigente, estima não haver efeitos contábeis relevantes nas demonstrações contábeis consolidadas do exercício de 2013. (b) Valor justo de instrumentos financeiros O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. O Grupo usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. **3.2 Julgamentos críticos na aplicação das políticas**



12 IMOBILIZADO

						Controladora	
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso		Total
Em 1 de janeiro de 2012							
Custo	125	218	628	1.264			2.235
Depreciação e amortização acumuladas	(13)	(20)	(34)	(84)			(151)
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180			2.084
Em 31 de dezembro de 2012							
Saldo inicial	112	198	594	1.180			2.084
Aquisições	177	777	832	177	2.265		4.228
Depreciação e amortização acumuladas	(35)	(106)	(89)	(274)			(504)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.337	1.083	2.265		5.808
Em 31 de dezembro de 2012							
Custo	302	995	1.460	1.441	2.265		6.463
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)			(655)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.337	1.083	2.265		5.808
Em 31 de dezembro de 2013							
Saldo inicial	254	869	1.337	1.083	2.265		5.808
Aquisições	205	1.577	374	1.098	260		3.514
Transferências				2.528	(2.528)		
Baixas	(1)	(77)	(10)	(3)			(91)
Depreciação e amortização acumuladas	(50)	(243)	(162)	(888)			(1.343)
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	(3)		7.888
Em 31 de dezembro de 2013							
Custo	506	2.495	1.824	5.064	(3)		9.886
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)			(1.998)
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	(3)		7.888
Consolidado							
	Máquinas e equipamentos	Equipamentos de informática	Móveis e utensílios	Benfeitorias em propriedade de terceiros	Imobilizado em curso		Total
Em 1 de janeiro de 2012							
Custo	125	218	628	1.264	147.863		150.998
Diferenças cambiais							
Depreciação e amortização acumuladas	(13)	(20)	(34)	(84)			(151)
Saldo contábil, líquido	112	198	594	1.180	147.863		149.947
Em 31 de dezembro de 2012							
Saldo inicial	112	198	594	1.180	147.863		149.947
Aquisições	177	777	830	177	5.942.680		5.944.641
Diferenças cambiais					(20.191)		(20.191)
Depreciação e amortização acumuladas	(35)	(106)	(89)	(274)			(504)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.335	1.083	6.070.352		6.073.893
Em 31 de dezembro de 2012							
Custo	302	995	1.458	1.441	6.070.352		6.074.548
Depreciação e amortização acumuladas	(48)	(126)	(123)	(358)			(655)
Saldo contábil, líquido	254	869	1.335	1.083	6.070.352		6.073.893
Em 31 de dezembro de 2013							
Saldo inicial	254	869	1.335	1.083	6.070.352		6.073.893
Aquisições	205	1.577	376	1.098	6.517.574		6.520.830
Transferências				2.528	(2.528)		
Baixas	(1)	(77)	(10)	(3)			(91)
Diferenças cambiais					1.358.987		1.358.987
Depreciação e amortização acumuladas	(50)	(243)	(162)	(888)			(1.343)
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385		13.952.276
Em 31 de dezembro de 2013							
Custo	506	2.495	1.824	5.064	13.944.385		13.954.274
Depreciação e amortização acumuladas	(98)	(369)	(285)	(1.246)			(1.998)
Saldo contábil, líquido	408	2.126	1.539	3.818	13.944.385		13.952.276

Durante 2013, o Grupo capitalizou no ativo imobilizado R\$ 477.083 (R\$ 38.260 em 31 de dezembro de 2012) dos custos de empréstimos. Do montante capitalizado em 2013, R\$ 174.145 são provenientes da dívida captada pela Controladora e R\$ 302.938 são de empréstimos ponte (*Bridge Loan*) captados por controladas.

13 FORNECEDORES E OUTRAS CONTAS A PAGAR

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a pagar estaleiros			1.829.033	2.176.317
Contas a pagar prestadores de serviços	7.375	7.935	69.164	15.393
Outras contas a pagar	1	2	2	2
Parcela circulante	7.376	7.935	1.898.199	2.191.712
Parcela não circulante	(7.376)	(7.935)	(1.516.756)	(2.191.712)
			381.443	

Em 31 de dezembro de 2013, a parcela de obrigações classificada no passivo não circulante representava os serviços realizados pelo Estaleiro Enseada do Paraguaçu que serão pagos em período superior a doze meses, conforme fluxo de pagamentos definidos contratualmente.

14 OBRIGAÇÕES SOCIAIS TRABALHISTAS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Provisão de remuneração variável para funcionários	15.081	8.135	15.081	8.135
Provisão de férias	2.162	1.031	2.162	1.031
Provisão para 13º e 14º salários	1.073	513	1.073	513
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS	521	550	521	550
Fundo de garantia por tempo de serviço - FGTS	165	39	165	39
Previdência		23		23
	19.002	10.291	19.002	10.291

15 OBRIGAÇÕES FISCAIS

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Imposto sobre aporte de capital (Áustria)				12.874
Imposto de renda retido na fonte - IRRF	332	424	332	424
Contribuição para Financiamento da Seguridade Social - COFINS	66	52	66	52
Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL	9	17	9	17
Programa de Integração Social - PIS	6	12	6	12
Imposto sobre Prestação de Serviços - ISS	7	6	7	6
	420	511	420	13.385

16 EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Credor	Tomador	Taxa	Vencimento	Total contratado	Principal	Encargos	Custo de captação	Total
Denominado em R\$								
FI - FGTS	Sete Brasil Participações S.A.	IPCA + 8,00% a.a.	15.08.2033	1.850.000	1.850.000	215.896	(15.377)	2.050.519
Denominado em US\$								
Sumitomo Mitsui Banking								
The Bank of Nova Scotia	Sete International GmbH	Libor 3M + 3,00% a.a.	19.09.2014	2.998.250	2.928.250	522	(24.719)	2.904.053
Standard Chartered Bank								
Bradesco BBI								
Citibank								
Luca Venture Capital - Drilling Series		Libor 3M + 4,75% a.a.	31.12.2015	292.825	292.825	3.128	(731)	295.221
Denominado em US\$								
Copacabana Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	331.243	331.243	4.802	(593)	335.452
Grumari Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	334.219	334.219	4.845	(596)	338.468
Ipanema Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	314.351	314.351	4.557	(372)	318.536
Leblon Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	314.351	314.351	4.557	(342)	318.566
Leme Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	20.02.2014	314.351	314.351	4.557	(360)	318.548
Arpoador Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	652.367	652.367	3.888	(1.870)	674.523
Urca Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	716.508	716.508	4.249	(2.003)	737.316
Frade Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	93.703	93.703	551	(654)	95.225
Brachy Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	70.278	70.278	418	(327)	72.442
Portogalo Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	70.278	70.278	413	(321)	71.606
Guarapari Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	417.170	417.170	2.471	(1.300)	428.658
Ondina Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	461.773	461.773	2.734	(1.407)	474.286
Pituba Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	100.919	100.919	603	(355)	104.599
Boipeba Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	100.919	100.919	597	(353)	103.447
Camburi Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	201.510	201.510	1.206	(827)	208.934
Itaoca Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	08.05.2014	160.468	160.468	960	(489)	166.574
Cassino Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	28.04.2014	358.108	358.108	2.576	(1.097)	371.482
Curumim Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	28.04.2014	224.419	224.419	1.623	(587)	234.171
Salinas Drilling B.V.		Libor 6M + 3,5% a.a.	28.04.2014	192.559	192.559	1.397	(623)	201.546
					10.500.569	266.550	(55.204)	10.824.172
								Circulante (8.478.432)
								Não Circulante 2.345.740

(*) Os *bridge facility agreements* cujos credores são o Banco Itaú e o Banco do Brasil, possuem como agente administrativo o próprio Banco Itaú. Os *bridge facility agreements* cujos credores são Banco do Brasil, Bradesco e Santander, possuem como agente administrativo o Deutsche Bank. O agente administrativo é responsável pela liberação dos desembolsos dos empréstimos e recebimento dos pagamentos do tomador de recursos. Os recursos foram captados para suprir necessidades imediatas de caixa para honrar os fluxos de pagamentos de EPC (*Engineering, Procurement and Construction Contract*) junto aos estaleiros contratados para a construção das unidades de perfuração. Em 20 de agosto de 2013, houve a extensão do prazo de vencimento do empréstimo em cinco SPEs, Copacabana, Grumari, Ipanema, Leblon e Leme. Os juros incorridos até aquela data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 23.395, equivalentes a R\$ 52.170, (sendo US\$ 4.801 equivalentes a R\$ 11.248 para Copacabana, US\$ 4.822 equivalentes a R\$ 11.295 para Grumari e US\$ 4.591 equivalentes a R\$ 10.754 para Ipanema, Leblon e Leme). Em 28 de outubro de 2013, houve a extensão do prazo de vencimento do empréstimo em três SPEs, Cassino, Curumim e Salinas. Os juros incorridos até aquela data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 12.261, equivalentes a R\$ 28.724, (sendo US\$ 5.077 equivalentes a R\$ 11.895 para Cassino, US\$ 3.721 equivalentes a R\$ 8.716 para Curumim e US\$ 3.463 equivalentes a R\$ 8.113 para Salinas). Em 08 de novembro de 2013, houve a extensão do prazo de vencimento do empréstimo em onze SPEs, Arpoador, Urca, Frade, Brachy, Portogalo, Guarapari, Ondina, Pituba, Boipeba, Camburi e Itaoca. Os juros incorridos até aquela data, foram incorporados ao principal da dívida, no montante de US\$ 35.658, equivalentes a R\$ 83.532, (sendo US\$ 8.596 equivalentes a R\$ 20.138 para Arpoador, US\$ 7.924 equivalentes a R\$ 18.562 para Urca, US\$ 4.404 equivalentes a R\$ 10.317 para Guarapari, US\$ 885 equivalentes a R\$ 2.073 para Brachy, US\$ 528 equivalentes a R\$ 1.236 para Portogalo, US\$ 4.775 equivalentes a R\$ 11.186 para Ondina, US\$ 1.465 equivalentes a R\$ 3.432 para Pituba, US\$ 975 equivalentes a R\$ 2.283 para Boipeba, US\$ 693 equivalentes a R\$ 1.625 para Frade, US\$ 3.007 equivalentes a R\$ 7.045 para Camburi e US\$ 2.405 equivalentes a R\$ 5.635 para Itaoca). Em 19 de setembro de 2013, a Companhia através de sua controlada Sete International, captou novos recursos para financiamento de curto prazo para pagamento da construção das sondas. Este novo *bridge facility agreement*, cujos credores são os bancos Sumitomo Mitsui Banking Corporation, The Bank of Nova Scotia, Standard Chartered Bank, Bradesco BBI e Citibank, possui como agente administrativo o Banco Sumitomo Mitsui. O montante dos custos de captação totalizou aproximadamente US\$ 81,2 milhões, equivalentes a R\$ 190,3 milhões no período findo em 31 de dezembro de 2013 (US\$ 11,7 milhões, equivalentes a R\$ 23,9 em 31 de dezembro de 2012), tendo sido transferido para o ativo imobilizado a parcela de US\$ 38,3 milhões equivalentes a R\$ 89,6 milhões (US\$ 1,6 milhões, equivalentes a R\$ 3,3 milhões em 31 de dezembro de 2012). O valor justo dos empréstimos classificados no circulante é igual ao seu valor contábil, uma vez que o impacto do desconto não é significativo. O valor justo do componente do passivo incluído nos empréstimos não circulantes foi calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de 4,75%, e, em 31 de dezembro de 2013, totaliza R\$ 323.611. **Emissão de Debêntures Simples - FI-FGTS** Em Assembleia Geral Extraordinária, datada de 1 de fevereiro de 2013, a Companhia aprovou a emissão de 1.850 debêntures simples, emitidas em série única, com garantias reais, não conversíveis em ações, com valor unitário de R\$ 1 milhão de reais, perfazendo a emissão o montante de R\$ 1.850 milhões. Os recursos necessariamente são utilizados para o financiamento do programa de investimentos da Companhia, que envolve a construção de 29 sondas de águas ultra profundas a serem construídas no Brasil e afretadas pelas subsidiárias para a Petrobras. Não são elegíveis para inclusão na utilização dos recursos os dispêndios relacionados à manutenção, ao custeio e ao consumo da Companhia e quaisquer planos de investimentos que não tenham sido previamente aprovados por escrito pelos Debenturistas. A emissão não é objeto de registro perante a Comissão de Valores Mobiliários - CVM, uma vez que as Debêntures tiveram colocação privada, sem qualquer esforço de venda perante investidores. As debêntures, salvo vencimento antecipado, possuem prazo de 20 anos e seis meses a contar da data de emissão que ocorreu em 15 de fevereiro de 2013. A partir de 19 de fevereiro de 2013, as debêntures fazem jus a juros remuneratórios de 8% (oito por cento) ao ano. Até o sexagésimo mês, contados da data de emissão, os juros serão incorporados ao valor das debêntures (período de carência) e a partir dessa data serão pagos semestralmente, junto com as 16 parcelas semestrais em que as debêntures serão resgatadas. Como parte dos custos desta captação, a Companhia pagou no dia 21 de fevereiro de 2013 uma remuneração de R\$ 16.250 para cada debênture, apresentado líquido no balanço na rubrica de Debêntures. A Companhia está obrigada a constituir e manter uma conta reserva vinculada, mantida em sua titularidade, com movimentação restrita e exclusiva pela Caixa Econômica Federal, na qualidade de banco depositário, em até um ano antes da data do pagamento de cada parcela programada de amortização e juros, no montante equivalente a, no mínimo, o valor da próxima parcela de amortização e juros (saldo mínimo). São garantias da emissão, em favor dos debenturistas, as ações e seus direitos do capital da interveniente anuente, Sete International GmbH, bem como recebíveis das intervenientes garantidoras Itapema Drilling B.V. e Comandutaba Drilling B.V. Os recebíveis das intervenientes garantidoras foram liberadas em novembro, e, em fevereiro de 2014, o penhor de ações da Sete International foi substituído por penhor de ações da Sete Holding. O valor justo do componente do passivo do título de dívida não conversível em 31 de dezembro de 2013 totaliza R\$ 2.128.327. O valor justo foi calculado utilizando-se os fluxos de caixa descontados a uma taxa baseada na taxa dos empréstimos de IPCA + 8%. **17 CAPITAL SOCIAL E RESERVAS (a) Capital social** O capital é representado por 2.529.500 mil ações ordinárias nominativas sem valor nominal, perfazendo R\$ 2.529.500.000,00 (dois bilhões, quinhentosevinte e noventa milhões e quinhentos mil reais). Todas as ações emitidas estão integralizadas e têm os mesmos direitos de voto em assembleias e de recebimento de dividendos.

	Quantidade	Valor Em Reais
FIP Sondas	1.919.950.000	1.919.950.000
Petrobras S.A.	101.050.000	101.050.000
Saldo em 31 de dezembro de 2012	2.021.000.000	2.021.000.000
Integralizações em 2013	508.500.000	508.500.000
FIP Sondas	483.075.000	483.075.000
Petrobras S.A.	25.425.000	25.425.000
Saldo em 31 de dezembro de 2013		



(ii) Sete Brasil Participações S.A. A controladora Sete Brasil possui contrato de empréstimo *intercompany* com a Sete International GmbH, com a finalidade de repassar recursos obtidos através da captação de dívida com terceiros. As condições pactuadas são as seguintes:

Controlada	Taxa a.a.	Principal	Encargos	Total
Denominado em R\$				
Sete International GmbH	12%	1.387.500	59.124	1.446.624

(e) Contratos de gerenciamento e supervisão de construção A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção das sondas de perfuração. O valor a pagar referente a estes contratos com partes relacionadas é distribuído conforme tabela a seguir:

	Controladora	
	2013	2012
Petrobras	10.747	1.661
Atlas Perfuração Ltda. - Seaworth	4.040	
Constellation Services - QGOG	1.488	
Lantz - Petroserv	818	
Odebrecht Oleo e Gas - OOG	425	
Seadrill	2.403	
	19.921	1.661

(f) *Share Premium contribution* O *Share Premium contribution* é uma obrigação dos acionistas minoritários, conforme previsto no acordo de acionistas. No final do exercício de 2013 foi formalizado termo de compromisso pelo acionista não controlador da Frade Drilling B.V. com o valor de capital que deverá ser aportado em conexão com o aporte feito pelo acionista controlador, de forma que não haja alteração nos percentuais de participação dos acionistas nas empresas investidas. Desta forma, esta SPE encerrou o exercício de 2013 com parte de seu capital social tendo como contrapartida a rubrica de Partes relacionadas no Ativo circulante, conforme tabela abaixo:

SPE	Data de assinatura	Valor em US\$	Valor em R\$
Frade Drilling B.V.	28.09.2013	2.081	4.874
		2.081	4.874

(g) Transações com não controladores - baixa de participação em controlada sem perda de controle No segundo trimestre de 2013, a Companhia vendeu através de sua controlada Sete International a participação de 10% de controladas indiretas, conforme quadro abaixo:

% da participação vendida	Valor contábil da participação não controladora vendida	Contraprestação recebida pela participação não controladora	Ganho na venda de participação não controladora no patrimônio líquido atribuível aos acionistas controladores
Cassino Drilling B.V.	10	5.807	5.384 (423)
Curumim Drilling B.V.	10	4.903	4.562 (341)
Salinas Drilling B.V.	10	4.947	4.602 (345)
Itapema Drilling B.V.	10	2.204	2.139 (65)
Comandatuba Drilling B.V.	10	2.204	2.139 (65)
		20.065	18.826 (1.239)

22 COMPROMISSOS (a) Compromissos para aquisição de ativos (i) Contrato de Engenharia, Suprimentos e Construção-Engineering, Procurement and Construction Contract ("EPC") O Grupo mantém contratos de construção dos ativos pactuados sob a modalidade de EPC, que visam restringir o risco de construção e atraso na entrega de cada ativo. Esta modalidade prevê que todo o gerenciamento da execução do serviço e aquisição de equipamentos será de responsabilidade do contratado. Até 31 de dezembro de 2013 a Sete Brasil, através de suas controladas, tem contratos de EPC assinados junto aos estaleiros para a construção de 29 ativos, conforme demonstrado abaixo:

Controlada	Data de assinatura	Fornecedor	Contratado (Em US\$)	2013	
				Contratado (Em US\$)	Pago (Em US\$)
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	463.136.414	
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	247.316.874	
Grumari Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	203.214.899	
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	185.320.301	
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	174.162.983	
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	174.160.656	
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	174.160.656	
Urca Drilling B.V.	16.12.2011	FernavalePte. Ltd.	809.288.000	333.468.125	
Guarapari Drilling B.V.	03.02.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	289.760.818	
Cassino Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	220.718.615	
Curumim Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	178.870.875	
Salinas Drilling B.V.	09.03.2012	Ecovix - Engevix Construções Oceânicas S.A.	778.000.000	161.684.563	
Botinas Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.271.508	
Bracuhy Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.280.946	
Frade Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	255.015.519	
Mangaratiba Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.280.946	
Portogalo Drilling B.V.	22.03.2012	FernavalePte. Ltd.	823.448.000	83.580.946	
Camburi Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	169.884.845	
Itaoca Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	111.178.298	
Itaunas Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	107.076.464	
Sahy Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	104.947.314	
Siri Drilling B.V.	28.03.2012	Estaleiro Jurong Aracruz Ltda.	792.497.580	109.999.161	
Boipeba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.281.388	
Comandatuba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.249.453	
Interlagos Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.251.105	
Itapema Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	56.250.958	
Ondina Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	245.103.714	
Pituba Drilling B.V.	18.04.2012	Estaleiro Enseada do Paraguaçu S.A.	798.500.000	138.358.473	
Joatinga Drilling B.V.	28.11.2012	Estaleiro Atlântico Sul S.A.	662.428.590	161.589.791	
			22.236.011.190	4.767.576.608	

(ii) Contrato de Gerenciamento e Supervisão de Construção - Construction Management Agreement ("CMA") A Sete Brasil através de suas controladas possui contratos para gerenciamento e supervisão da construção de sondas. Este contrato tem como objetivo o acompanhamento dos contratos de EPC, para mitigar/monitorar o cronograma das obras e garantir o cumprimento das especificações contratualmente acordadas. Para atingir o sucesso pleno, os contratados são responsáveis por disponibilizar profissionais qualificados e experientes conforme necessário para a execução das suas obrigações decorrentes do acordo.

Controlada	Fornecedor	Data de assinatura	Em 31 de dezembro de 2013	
			Contratado (em US\$)	Pago (em US\$)
Arpoador Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	2.888.833
Copacabana Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	3.168.138
Grumari Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	1.888.561
Ipanema Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	500.000
Leblon Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	
Leme Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	
Marambaia Drilling B.V.	Petrobras	15.06.2011	8.000.000	
Boipeba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	
Botinas Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	17.06.2013	16.843.244	
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
Bracuhy Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	977.769
	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	3.110.125
Camburi Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	1.519.625
Cassino Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	4.198.831
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	2.644.366
Comandatuba Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.024.878
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	
Curumim Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	4.198.831
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	2.056.729
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
Frade Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	1.813.127
Guarapari Drilling B.V.	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	3.542.423
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	1.724.980
Interlagos Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	
Itaoca Drilling B.V.	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	3.342.088
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	823.238
Itapema Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	22.913.594	1.024.878
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	17.771.691	
Itaunas Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	2.877.139
Drilling B.V.	Petrobras	02.01.2013	14.185.044	
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
Mangaratiba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	
Ondina Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	2.170.496
Pituba Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	02.01.2013	16.175.367	2.179.484
Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	17.771.691	1.708.688
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
Portogalo Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.075
	Petrobras	14.06.2013	16.843.244	
Sahi Drilling B.V.	Seadrill	02.01.2013	22.092.912	2.737.347
Drilling B.V.	Petrobras	17.06.2013	14.185.044	
Salinas Drilling B.V.	Atlas	20.06.2013	20.939.566	4.198.831
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	20.470.942	
Siri Drilling B.V.	Odffell Galvão	02.01.2013	22.092.912	3.405.298
Drilling B.V.	Petrobras	14.06.2013	14.185.044	
	Queiroz Galvão Óleo e Gás - QGOG	01.01.2013	7.711.965	1.629.327
Urca Drilling B.V.	Odebrecht Oil e Gás - OOG	01.01.2013	3.760.558	692.681
Drilling B.V.	Ventura Petróleo S.A.	01.01.2013	7.284.019	1.261.074
	Petrobras	20.06.2013	16.843.244	2.538.377
			828.656.778	90.300.029

(b) Contrato de afretamento das sondas As controladas possuem contratos de afretamento com a Petrobras com prazos de 20 anos (para duas sondas), 15 anos (para 21 sondas) e 10 anos (para cinco sondas), com possibilidade de renovação por mais 5 a 10 anos, e com prazos de entrega das sondas para a Petrobras entre 2015 a 2020.

Controlada	Data de assinatura	Prazo
Arpoador Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Copacabana Drilling B.V.	15.06.2011	20 anos
Guarapari Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Ipanema Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leblon Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Leme Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Marambaia Drilling B.V.	15.06.2011	10 anos
Urca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Guarapari Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Cassino Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Curumim Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Salinas Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Botinas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Bracuhy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Frade Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Mangaratiba Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Portogalo Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Camburi Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaoca Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Itaunas Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Sahy Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Siri Drilling B.V.	03.08.2012	15 anos
Boipeba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Comandatuba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Interlagos Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Itapema Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Ondina Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos
Pituba Drilling B.V.	10.08.2012	15 anos

23 EVENTOS SUBSEQUENTES Em 02 de janeiro de 2014, a subsidiária Frade Drilling B.V. recebeu o montante de US\$ 2.081 referente ao Share Premium Contribution do acionista classe B. A Companhia, constituiu três novas entidades controladas integralmente pela Sete Brasil, conforme descrito abaixo: • Em 03 de janeiro de 2014, foi constituída a Sete Investimentos 1 S.A., em atendimento a estratégia do Grupo, para intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional com a finalidade de viabilizar recursos. • No dia 08 de janeiro de 2014, a Sete Netherlands BV, foi constituída para viabilizar a segregação de ativos envolvidos nas captações de recursos. Desta forma a Administração entende que esta subsidiária poderá, além de contribuir na estruturação junto aos financiadores do projeto, gerenciar os custos administrativos inerentes na manutenção das operações constituídas na Holanda. • A Sete Investimentos 2 S.A., foi criada em 23 de janeiro de 2014, em sequência a estratégia do Grupo, para intermediar operações financeiras, dedicando-se à captação de recursos no mercado de capital nacional com a finalidade de viabilizar recursos.

DIRETORIA	CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	CONSELHO FISCAL
João Carlos de Medeiros Ferraz Diretor Presidente Ricardo Froes Diretor Financeiro Eduardo Costa Vaz Musa Diretor de Participações Eduardo Costa Vaz Musa (interino) Diretor de Operações Antônio César R. A. de Siqueira Diretoria Jurídica e Controles Internos	Newton Carneiro da Cunha; Fernando Jorge Buso Gomes; João Carlos de Medeiros Ferraz; Luiz Carlos da Silva Cantídio Junior; Armando Ramos Tripodi; Vitor Hugo dos Santos Pinto; Raquel Cristina Marques da Silva; Lucimara Moraes Lima; José Augusto Salgado da Silva; Luiz Carlos Teixeira; Aldo Floris; Robert Blair Thomas; Alberto Miranda; Lucas Caulliraux Martinelli; Renato Antonio Secondo Mazzola	Alexandre Aparecido Barros; Almir de Souza Carvalho; Adriano Roque Souza Surtar; Aldo Vinicius Perracini; Rubens Branco da Silva

Adriano José dos Santos Fagundes – Gerente de Controladoria Franklin Natanael da Silva – Contador – CRC RJ 093216/O-0

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2013

Aos Administradores e Acionistas Sete Brasil Participações S.A.

Examinamos as demonstrações financeiras individuais da Sete Brasil Participações S.A. (a "Companhia" ou "Controladora") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. Examinamos também as demonstrações financeiras consolidadas da Sete Brasil Participações S.A. e suas controladas ("Consolidado") que compreendem o balanço patrimonial consolidado em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas. **Responsabilidade da administração sobre as demonstrações financeiras** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e dessas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou por erro. **Responsabilidade dos**